



<p>Diário Notícias</p> <p>06-08-2014</p>	<p>Periodicidade: Diário</p>	<p>Temática: Política</p>
	<p>Classe: Informação Geral</p>	<p>Dimensão: 1512</p>
	<p>Âmbito: Nacional</p>	<p>Imagem: S/Cor</p>
	<p>Tiragem: 56361</p>	<p>Página (s): 1/8/9</p>

PSD controla com mão de ferro inquéritos na AR

PARLAMENTO O posto-chave nas comissões de inquérito, o de deputado relator, tem sido sempre escolhido pelo PSD. **POLÍTICA** PÁG. 8 E 9

270 reuniões de comissões de inquérito resultam em... nada

Parlamento. Estado saiu lesado de vários processos investigados nesta legislatura, mas nenhuma consequência política ou criminal resultou, para já, desses trabalhos

OCTÁVIO LOUSADA OLIVEIRA

Os números impressionam. Ao longo da atual legislatura, já foram feitas 270 reuniões das seis comissões de inquérito criadas no Parlamento. Porém, e apesar de os relatórios daquelas que foram concluídas apontarem para dados objetivos que terão penalizado o erário público, a verdade é que até agora de pouco ou nada serviram as investigações à celebração de contratos *swap*, às parcerias público-privadas (PPP) ou aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC).

“Vítimas” só no âmbito dos contratos de risco e nem estiveram diretamente relacionadas com os trabalhos parlamentares. Basta ver que Juvenal da Silva Peneda, ex-secretário de Estado adjunto da Administração Interna, e Paulo Braga Lino, ex-secretário de Estado da Defesa, negociaram *swaps* quando exerciam funções no Metro do Porto e foram “empurrados” para fora do Governo um mês (abril de 2013) antes de a comissão ter começado a funcionar.

Em agosto, Joaquim Pais Jorge, secretário de Estado do Tesouro, deixou o Executivo, na sequência de ter vindo a público – e de o próprio ter confirmado – que tinha participado em reuniões com assessores de José Sócrates enquanto representante do Citigroup, tentando vender *swaps* ao Estado.

Segundo os dados mais recentes, as perdas potenciais ascenderão a 1700 milhões de euros, longe porém dos 26 mil milhões de prejuízo estimados para as PPP. Até 2050, os contribuintes serão chamados a cobrir um buraco cujo montante se equipara ao que chegará de Bruxelas, até 2020, em fundos estruturais.

Feitas as contas, são 1525 páginas de relatórios finais (Camarate e a compra de equipamento militar estão por fechar), muitas conclusões, várias indicações de responsáveis, mas o efeito prático tende para zero. A isso não será certamente alheia a arquitetura das comissões. A título de exemplo, o PSD

NÚMEROS

6

comissões

Comissões de inquérito que já se reuniram nesta legislatura. Quatro já foram concluídas.

277

horas

Que os deputados estiveram reunidos nas comissões de inquérito no último ano. Implicaram 69 audições ao todo.

202

audições

Realizadas pelas comissões parlamentares de inquérito, ao longo dos três anos da presente legislatura.

89

reuniões

A comissão de inquérito às parcerias público-privadas foi aquela que implicou o maior número de reuniões.

faz o pleno de relatores das comissões da atual legislatura. A oposição diz ainda que isso envia a redação dos relatórios e bloqueia o apuramento de responsabilidades.

Em fevereiro, Jorge Lacão (PS), então presidente da comissão que investigava os *swap*, detendeu uma reforma no seu funcionamento. O deputado justificou o apelo com a necessidade de que as conclusões fossem “reconhecidas por todos”, principalmente no capítulo da “isenção na apreciação dos factos investigados”. António Filipe (PCP) falou em “marçulação” dos

inquéritos por parte das maiorias parlamentares com “a preocupação de branquear em os governos que apoiam” e Pedro Filipe Soares (BE) sublinhou que o problema não se põe entre “maiorias e minorias”. Para o líder parlamentar bloquista, está, antes, a “subserviência dos deputados aos seus partidos”, recusando qualquer tendência para descredibilizar as comissões. **com LP**

ANDRÉ CARREIRO

O que esteve sob investigação?

Os casos BPN e Camarate foram reabertos ainda antes de virem a público as perdas com os contratos *swap* e as PPP e a subconcessão dos Estaleiros de Viana. O inquérito às compras militares está em curso

Nacionalização do BPN

Reuniões: 39 Audições: 33 Relator: Duarte Pacheco (PSD)

► Ainda são dezenas os processos que correm nos tribunais. O principal visava Oliveira Costa e outras 14 pessoas por crimes como abuso de confiança, burla e fraude fiscal. Segundo o relatório da comissão, os custos para o Estado oscilarão entre 3,4 mil milhões e 6,5 mil milhões de euros.



Parcerias público-privadas (PPP)

Reuniões: 89 Audições: 66 Relator: Sérgio Azevedo (PSD)

► 26 mil milhões de euros é o valor que os contribuintes portugueses terão de pagar até 2050 devido a estes negócios. O relatório da comissão dá conta de que Portugal foi o país da União Europeia que mais gastou (em percentagem do PIB) em PPP. As Scut têm um peso enorme neste valor.



Contratos 'swap'

Reuniões: 73 Audições: 42 Relator: Clara Marques Mendes (PSD)

► Os contratos de risco financeiro assinados por diversas empresas públicas terão um impacto financeiro de quase 2 mil milhões de euros. Este foi o único caso que provocou baixas no Governo, ainda que as demissões de três secretários de Estado não tenham decorrido da investigação parlamentar.



Tragédia de Camarate

Reuniões: 52 Audições: 40 Relator: Pedro do Ó Ramos (PSD)

► E vão dez inquéritos à queda do avião que vitimou Sá Carneiro e Amaro da Costa. Um dos novos dados é a declaração de Farinha Simões, em abril de 2012, que afirmou ter sido um quadro da CIA até 1989, e divulgou um texto em que diz ter organizado o atentado. Conta que a "operação" custou entre 750 mil e um milhão de dólares, que lhe estavam atribuídos pela CIA.



Estaleiros Navais de Viana do Castelo

Reuniões: 27 Audições: 18 Relator: Ângela Guerra (PSD)

► A subconcessão à Martifer rende 415 mil euros anuais – até 2031. Em investigação estiveram também as ajudas (não declaradas a Bruxelas) de 181 milhões de euros aos ENVC. O relatório final, diz Carla Cruz (PCP), "teve como objetivo ilibar de responsabilidades o PSD e CDS".



Equipamento militar

Reuniões: 22 Audições: 20 Relator: Mónica Ferro (PSD)

► Em causa estão as compras de helicópteros, aeronaves, torpedos, F-16, submarinos e dos Pandur II. Para já, ficou marcada pela demissão da deputada Francisca Almeida (PSD) por trabalhar numa sociedade de advogados que assessora a Direção-Geral de Atividades Económicas, encarregue das contrapartidas daquelas aquisições.

